

Social-catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e sul do Brasil

ERNELDO SCHALLENBERGER*

Resumo: Formular uma doutrina social para afirmar um estatuto social foi a forma encontrada pela Igreja Católica para abrir diálogo com a modernidade e assegurar sua legitimidade social. Construído em contextos próprios e fundamentado nos princípios da solidariedade e da cooperação, o estudo do social-catolicismo, surgido na Alemanha e implementado no sul do Brasil, pretende evidenciar diferenças e estabelecer relações entre as construções sociais alemã e sul-brasileira.

Abstract: Conceiving a social doctrine to declare a social statute was the way found by the Catholic Church to open dialogues with modernity and assure its social legitimacy. Built on own contexts and fundamented on the principles of solidarity and cooperation, the study of social Catholicism, emerged in Germany and implemented in South Brazil, intends to evidence differences and establish relations between the German and South Brazilian social constructions.

Palavras-chave: Associativismo cristão. Social-catolicismo. Colonização.

Key words: Christian associativism. Social Catholicism. Colonization.

1 Introdução

O caráter doutrinal dos ensinamentos sociais da Igreja encontrou na tradição alemã a base de uma sistematização que deu origem ao social-catolicismo. A crise teórica e prática das relações da Igreja com o mundo moderno, a necessidade de ler os “sinais dos tempos” e o acelerado processo de diferenciação social evidenciaram uma relatividade histórica do corpo doutrinal dos ensinamentos sociais da Igreja, o que fez com que os pensadores do social-catolicismo buscassem nas bases epistemológicas da ética social os fundamentos para a formulação de um estatuto social e a afirmação de uma ideologia de formação social, para fazer frente aos

* Doutor em História; Professor Adjunto do CCHS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

problemas da modernização social do século XIX (Kruip, 1991, p. 194). As características históricas do processo da formação social na Alemanha do século XIX, as questões sociais emergentes e a diversidade religiosa promoveram a conversão do discurso hegemônico da Igreja Católica alemã para as questões sociais, apresentando-o como a mais autêntica possibilidade de escolha, e despertando, a partir dele, o movimento social católico como elemento importante da reação defensiva da Igreja frente às propostas do liberalismo e do socialismo.

Na Alemanha, operários e camponeses foram surpreendidos pelas mudanças sociais provocadas pela revolução industrial. Na sociedade industrial, o nível de inserção no sistema produtivo e o padrão de consumo passaram a ser os referenciais de identificação dos indivíduos. A acentuada desigualdade humana fez nascer na imagem dos excluídos do processo de acumulação capitalista um mundo liberto de todas as formas de opressão. Uma certa indignação ética começou a apontar para novas utopias sociais. Tanto a utopia socialista quanto a cristã recolheram a indignação das camadas sociais excluídas do processo de acumulação capitalista e promoveram, em seus discursos, os trabalhadores como sujeitos sociais. Ao novo sujeito social era associada a possibilidade da mudança social, uma vez que era detentor de um elemento basilar do processo produtivo: a força do trabalho. A canalização dessa força do trabalho, no sentido da colaboração ou no da cooperação, simbolizava a capacidade de resistência às forças de dominação. Da resistência à luta, os sujeitos sociais passariam a ser identificados como ator social coletivo, construtor da História. As novas doutrinas foram produzindo ideologias de modelos alternativos de sociedade, sem que os sujeitos sociais pudessem recorrer à memória para definir as suas escolhas.

A organização da sociedade a partir da relação sujeito-sujeito, evocada em Marx, teve no horizonte da objetivação de relações concretas de mudança, em base às condições materiais de existência, a construção da utopia social do Reino da Liberdade, fundamentada nas relações sociais igualitárias. Neste sentido, o socialismo referenciou o seu estatuto social a partir da possibilidade da mudança histórica. O social-catolicismo afirmou o seu estatuto social reconhecendo as desigualdades sociais e buscando, nas diferenças, estabelecer uma relação de identidade, promotora da fraternidade. Reconheceu os trabalhadores como sujeitos sociais, porquanto buscou a sua recuperação como seres humanos. Os fundamentos éticos e políticos do social-catolicismo derivam da relação homem-Deus. Nessa relação, o face a face dos sujeitos

sociais é mediado pela interface do elemento religioso. Assim, a utopia social é expressão da utopia religiosa. O modelo de sociedade desejada passou a ser enunciado como pré-figuração do Reino do Deus. A resistência às injustiças sociais e à desconstrução da utopia cristã, fez com que o social-catolicismo motivasse a participação dos católicos de grupos, movimentos sociais e/ou eclesiais, e de instituições, que promovessem a construção identitária a partir de regras institucionais assumidas e de papéis sociais idealizados. A par disso, a doutrina social alemã sustentou políticas sociais orientadas para o bem comum da produção social e da política estatal, para a ajuda mútua dos trabalhadores, sob a forma de cooperativas e de associações, e para a necessidade de uma legislação estatal, que protegesse os trabalhadores (Sachsse, 1992, p. 535-552).

O objetivo central do presente artigo é construir uma relação entre as experiências de organização social alemã e sul-brasileira, fomentadas pelo social-catolicismo, para aferir os processos de aprendizagem social e política que foram possíveis dentro dessas organizações.

2 A experiência alemã

O social-catolicismo alemão formulou um estatuto social que, durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, mobilizou a sociedade alemã e a Igreja Católica em particular diante do acelerado processo de industrialização, da urbanização desenfreada, da afirmação do liberalismo e da emergência do socialismo. Sem referência igual, traduziu suas propostas em movimentos sociais e em formas associativas que marcaram profundamente o curso da História. A Alemanha, que até a segunda metade do século XIX pode ser caracterizada como um conjunto de estados independentes entre si, representava uma nação com certa identidade, mas com grande diversidade confessional, que buscava construir a sua unidade territorial. Até então, as instituições sociais não reuniam força de coesão suficiente para referendar uma unidade política. A construção da unidade nacional foi impulsionada pelos impactos das revoluções liberais da Europa, que fascinaram as mais diferentes organizações sociais e despertaram a reação mais conservadora de outra parte da sociedade.

A expansão napoleônica sobre a região do Reno teve grande repercussão entre os estados alemães, uma vez que compensou as perdas políticas pela secularização dos bens eclesiásticos. Diante da onda liberal, a Prússia promoveu uma série de reformas, que culminaram com a criação da União Aduaneira, em 1834, e o estabelecimento da liberdade de ofícios, sempre na perspectiva de fortalecer a resistência nacional. Já havia anexado alguns territórios, a partir de 1815, a exemplo do Hunsrück, região de concentrada densidade demográfica, onde se arquitetou uma organização social caracterizada pelas comunidades rurais, constituídas a partir de raízes culturais marcadas pelo conservadorismo agrário, e de onde provieram os maiores contingentes de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul. Povoada por uma população predominantemente católica, formada a partir de estratos sociais mais baixos e com menores níveis de educação, a ausência de políticas públicas que assegurassem o avanço social e os impactos da modernidade representaram a possibilidade da desconstrução da identidade, diante do que a liberdade de escolha se resumiu, fundamentalmente, na possibilidade de reconstrução identitária em nova territorialidade. Esse despreparo diante dos desafios da modernidade e a condição de inferioridade intelectual em relação aos protestantes foi percebida pelos atores da Igreja da Imigração, entre os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, quando da implementação do associativismo cristão (Schallenberger, 2001).

O problema da apropriação dos novos espaços era complexo, uma vez que excluía, na maior parte das vezes, a possibilidade de escolha. Nos processos migratórios, a ocupação dos novos espaços, urbanos ou rurais, esteve cercada de condicionamentos políticos, de deslocamentos sócio-ambientais e de um conjunto de desregulações que produziam inquietações. No caso da Alemanha, o crescimento populacional e o fenômeno da urbanização, aliados à perspectiva da competitividade social, começaram a exercer pressão sobre o espaço e a situar os indivíduos frente a um processo de desconstrução e de reconstrução dos seus papéis sociais e dos seus referenciais de identidade. No sul do Brasil, ao imigrante já esteve reservado, de certa forma, um papel social, e a partir dele teve que produzir o seu espaço social e reconstruir a sua identidade, buscando, assim, o seu lugar na sociedade.

A convergência da projeção francesa e do reformismo prussiano fez com que a Igreja Católica alemã sofresse um processo de reclusão e de desprestígio, perdendo importantes instâncias de poder (Kruip, 1991, p. 195). Ao mesmo tempo em que a Igreja Católica alemã perdeu a sua autonomia econômica e seu sistema de organi-

zação, viu esmorecer a sua influência cultural e política. O enfraquecimento da hierarquia eclesiástica, em vista da dificuldade de conjugação do poder espiritual e do poder temporal, teve incidência sobre a postura eclesiástica alemã, que passou a depender, cada vez mais, de Roma para intervir nas negociações entre Igreja e Estado. A dependência da hierarquia da Igreja local à autoridade eclesiástica central fez com que, em muitas circunstâncias, os interesses das igrejas locais fossem desconsiderados em favor das conveniências e dos resultados das negociações entre os governos alemães e a cúria romana (Ritter, 1954, p. 15; Schallenberger, 2001, p. 103).

Se, anteriormente, a Igreja hierárquica teve uma certa possibilidade de exercer a sua ascendência sobre os fiéis, em decorrência da simbiose entre poder espiritual e poder temporal, fenômeno que ia além da questão doutrinária e garantia uma significativa influência política e uma autonomia econômica, agora, neste novo cenário, teve de buscar estratégias de planejamento pastoral para manter essa sua influência. Tratava-se, sobretudo, de despertar uma nova consciência religiosa e uma identidade para os católicos alemães. Para tanto, a difusão do pensamento cristão católico foi uma estratégia a que se recorreu com bastante ênfase, para fazer frente à onda de ateísmo.

Num ambiente caracterizado pelas revoluções liberais e diante da difusão do Manifesto Comunista, o nascente movimento católico alemão encontrou alento na revolucionária assembleia de Mainz, quando da fundação da Associação Pio – *Pius Verein* –, em 1848. Adversa a todo extremismo revolucionário popular que pudesse conduzir a um radicalismo anticlerical ou a um comunismo ateu, a maioria dos católicos, a exemplo do professor Franz Joseph Buss e do bispo Wilhelm Emmanuel von Ketteler, que orientavam os católicos nos temas sociais, se pronunciava a favor de reformas modestas, vindas de cima, como o desejava a burguesia, que se manteve afastada da corte.

Na primeira Assembleia da Associação dos Católicos da Alemanha, realizada em 1848, Ketteler expressou suas idéias sociais em torno do tema “o espírito do trabalho cristão”, enfocando a questão a partir da ótica do amor ao próximo como postulado concreto para uma política social. “Deus criou o universo por um ato de amor [...] e somente Cristo poderá dar a verdadeira resposta aos problemas sociais”. “Dediquei a minha vida toda ao serviço do povo pobre, foi ali que aprendi a conhecê-lo e tanto mais aprendi a amá-lo” (Ritter, 1954, p. 93). Entendeu que não era o Estado, mas somente a Igreja Católica que poderia formular as respostas às verdadeiras questões sociais (Schürmann, 1958, p. 19-20).

Sem concordar com a democracia representativa como forma de governo, o movimento católico posicionou-se a favor dos valores liberais da liberdade de culto, de expressão, de associação e da unidade nacional. Na primeira Assembléia do *Pius Verein*, a reivindicação pelos direitos da Igreja e a liberdade religiosa dos católicos ficou claramente expressa (Kruip, 1991, p. 197; Ritter, 1954, p. 19).

As Associações 'Pio' para a Defesa da Liberdade da Igreja foram se multiplicando por toda a Alemanha e uniram-se em torno dos Congressos Católicos – *Katholikentage* –, que eram assembléias organizadas em âmbito nacional, que visavam à unidade de ação e à fixação das diretrizes do social-catolicismo alemão. A ordem social, a busca de formas de auto-sustentação e a ajuda mútua dos católicos eram temas de primeira linha que pautavam as assembléias. A partir das discussões internas, surgiram as associações *Vinzens* ou *Elisabeth*, a grande maioria delas organizadas e dirigidas por nobres que se dispunham a ajudar aos camponeses e aos operários pobres. Na organização dessas associações caritativas, revelou-se de forma mais explícita a face assistencial e paternalista das atividades sociais dos católicos. A aproximação das camadas menos favorecidas pode ser vista como vínculo intencional que a alta esfera eclesiástica buscava para a manutenção de um certo controle sobre o culto dos valores morais e sobre a possibilidade da emergência de possíveis movimentos revolucionários (Kruip, 1991, p. 202).

O período da reação permitiu aos católicos uma maior organização. A Igreja conseguiu, com isso, reforçar a sua posição e sua influência junto aos poderes estatais. Pouco a pouco surgiram sindicatos, cooperativas e caixas de ajuda mútua, a exemplo das inspiradas por Raiffeisen, a partir de 1864. Organizações políticas como a Associação Geral dos Trabalhadores (1863), o Partido Social Democrata dos Trabalhadores (1869) e o Partido do Centro – *Deutsche Zentrumspartei* – (1870) dão a dimensão do alcance do social-catolicismo alemão.

Num contexto de efervescência da ação católica, sob a liderança Franz Hitze e de intelectuais, de políticos, de empresários e do alto clero, foi fundada, em agosto de 1890, a União Popular para a Alemanha Católica – *Volksverein* –, que viria a ser a mais representativa organização associativa católica da Alemanha e do mundo. Os discursos constituintes indicavam a defesa e a difusão do catolicismo como os objetivos básicos a serem perseguidos. O *Volksverein* deveria atingir a todos os católicos e, por isso, na concepção dos líderes, não poderia ser uma associação com altas contribuições, para manter o caráter e a simpatia populares. De fato,

no alvorecer do século, de 1901 a 1914, teve um crescimento de 184.000 para 805.000 sócios (Sachsse, 1992, p. 546). A manutenção do movimento social católico deveria advir das fontes das outras organizações, que, inclusive, dariam parcela de contribuição para manter as atividades do próprio *Volksverein*. Deveria ser, sobretudo “a associação do povo católico para promover e divulgar as idéias do catolicismo social mediante uma obra gigantesca de educação popular para lutar contra o socialismo e pela liberdade religiosa” (Ritter, 1954, p. 151). Na verdade, o seu crescimento permitiu com que outras iniciativas dos católicos fossem mantidas pela União Popular.

O social-catolicismo alemão, fundamentou seu pensamento na premissa de que a valorização de todo o esforço e de toda a construção individual adquire sentido e expressão quando comungadas e articuladas coletivamente. A questão social alemã e a emergência de corpos doutrinários que veiculavam modelos sociais alternativos não se apresentam como um problema de livre escolha. O social-catolicismo alemão buscou as mais diferentes formas de aproximação das camadas trabalhadoras para apresentar a sua ética social como a verdadeira. Realizou congressos, criou associações, organizou um partido, promoveu grandes mobilizações, sempre fundamentados na ética do cristianismo. Da defesa das organizações corporativas, da liberdade sindical até a organização de associações interconfessionais, estabeleceram-se construções teóricas e desenvolveram-se práticas associativas que referenciaram a ação católica num mundo marcado pela influência da ideologia liberal, pelo Estado anticlerical, pelo avanço tecnológico, pelo desenfreado individualismo e pela difusão da doutrina socialista.

Apesar do seu exclusivismo, o social-catolicismo alemão conseguiu aproximar, em torno das questões sociais, significativas tendências do protestantismo. Buscou a afirmação de um estatuto social que propunha a organização da sociedade em base aos princípios da solidariedade e da cooperação, orientada para o projeto futuro da construção do Reino de Deus. Os evangélicos luteranos, mantendo clara distinção entre questões sociais, políticas e econômicas e assuntos da fé, aproximaram-se do conteúdo do social-catolicismo para evitar com que o seu capital religioso se enfraquecesse e as propostas radicais da revolução social do socialismo criassem raízes. Se a razão fundamental da Reforma Protestante residia na separação da religião das realidades temporais, isto é, distinguir os bens espirituais da ordem social, a mobilização dos fiéis em torno dos problemas sociais do seu tempo não podia ser ignorada.

No universo evangélico, dois fatores entravavam o reformismo: os cargos oficiais e o postulado teológico do subjetivismo. Em virtude disso, crescia entre os pensadores evangélicos a tendência de abrir a possibilidade para que se constituíssem associações interconfessionais. Se, por um lado, se tolerava a convivência de protestantes e católicos nas associações, a exemplo das criadas nas fábricas, por outro, indicava-se para a necessidade de que as associações fossem assumindo, progressivamente, um caráter não confessional e de neutralidade política (Hoffmann, 1993, p. 64). A tendência renovadora da Igreja Evangélica Luterana buscava estabelecer, portanto, uma relação estreita entre e a esfera espiritual e a mundana, promovendo, dessa forma, o renascimento social cristão. Esse renascimento não poderia ficar limitado ao serviço da palavra e à preocupação com a salvação da alma, mas teria de se orientar na direção da partilha cotidiana do amor e na ação cristã de conduzir as classes trabalhadoras ao cristianismo prático, que encontraria no associativismo expressão concreta.

Os pensadores do social-catolicismo, como Franz Hitze, e do cristianismo social evangélico, como Friedrich Naumann, entendiam que a organização da sociedade deveria dar-se em vista do trabalho e da cultura e que a religião teria de desempenhar a função de mediadora das relações humanas para o bem-estar espiritual.

O social-catolicismo teve no Partido do Centro a coordenação das suas ações políticas e na União Popular – *Volksverein* – o ponto de convergência das ações educativas, sociais e religiosas. O Partido do Centro transformou-se na força política de vanguarda das reformas sociais e de combate ao socialismo na Alemanha. Chegou a concentrar 27,9% dos votos a seu favor, em 1874, e em média 20% nos trinta anos subsequentes. Representou um marco na conquista do espaço político dos católicos, que, com as bandeiras da liberdade da Igreja, da manutenção e da defesa das escolas católicas, da fundação de uma federação de estados católicos, da implantação das políticas do social-catolicismo e do antimilitarismo, teve influência expressiva na sociedade (Schallenberger, 2001). A mobilização social teve aí a sua inspiração maior.

Embora a sua origem esteja vinculada à garantia de um espaço de liberdade da Igreja, que na Alemanha vinha sofrendo forte repressão do Estado, o sentido do conflito entre a Igreja e o Estado foi se esvaziando na medida em que o Partido do Centro foi portador das principais causas sociais e a ideologia comunista tornou-se ameaça comum.

3 A experiência sul-brasileira: o associativismo cristão

Se na Alemanha a diversidade confessional e ideológica, a adversidade política e a crescente diferenciação social eram questões próximas que afetaram a hegemonia do discurso católico, no Brasil a pluralidade étnica e a hegemonia cultural portuguesa representaram para a Igreja da Imigração um risco na possibilidade de conversão do seu capital religioso. Os imigrantes, em condições socioambientais diferenciadas, ao mesmo tempo em que sentiram a ausência de políticas públicas, viram-se, de alguma forma, jogados diante de um certo vázio de referenciais norteadores da reinvenção da sua identidade. A organização e a produção social do espaço da colonização, caracterizado em torno da formação de unidades familiares de produção e da constituição de pequenos núcleos para atender às demandas emergenciais do grupo, carecia de poder de articulação para solidificar um referencial identitário e promover as mudanças sociais necessárias que assegurassem o avanço social. As famílias isoladas e as comunidades locais dispersas, desprovidas de instrumentos de mobilização social, facilmente se acomodavam diante das situações-limite definidas pelas rotinas do cotidiano. A vivência da mesmidade, o atraso cultural e tecnológico e a falta da oxigenação das idéias representavam, pois, o empecilho maior para a afirmação de uma ideologia social que tivesse como referência a utopia cristã. Um movimento que despertasse a consciência dos imigrantes e seus descendentes, que reconhecesse e promovesse a sua dignidade humana e fomentasse a recriação da sua identidade afigurou-se como desafio para os atores da Igreja da Imigração, católica e evangélica luterana. Os atores católicos tiveram, por seu turno, os seus interesses políticos aguçados, uma vez que a postura anticlerical e laica de facções defensoras do regime republicano lhes cortavam privilégios e rompiam com a homogeneidade católica.

Na Alemanha, na Suíça e em outras partes, o social-catolicismo representou, sobretudo, uma reação da Igreja Católica à onda das modernas ideologias e à perda da sua influência social e política. No Brasil, a ruptura com o Estado e a laicização da sociedade provocaram uma inquietação da hierarquia eclesiástica, sem que isso se traduzisse em mobilização política de expressão. No sul do Brasil, o social-catolicismo assumiu uma postura preventiva, diante da difusão de possíveis ideologias indesejáveis, e propositiva, na medida em que buscou a homogeneização de um modelo de sociedade e a afirmação hegemônica da ética cristã. Encontrou expressão concreta na realização dos Congressos Católicos – *Katholikentage* –, idealizados pelo jesuíta alemão padre Pedro Gasper, oriundo da

Renânia, pelos também jesuítas José e Maximiliano von Lassberg e pelo padre secular Nicolau Knob, que tiveram seu ato constituinte na Assembléia de Harmonia, no Município de Montenegro, realizada em março de 1898. Promovidos anualmente e a partir da quarta edição de dois em dois anos, sofrendo uma interrupção de 1916 a 1926, em virtude da Primeira Guerra Mundial e dos conflitos que se projetaram sobre a sociedade gaúcha, os Congressos Católicos centravam as suas pautas em torno de quatro eixos temáticos fundamentais: a formação espiritual e intelectual, a conduta moral, a organização social e os problemas práticos do cotidiano dos teuto-brasileiros (Volksverein, 1928; *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 4 de abril de 1901).

A dispersão e a convivência interétnica e confessional, anotadas por Theodor Amstad, dificultavam a promoção da solidariedade e da cooperação para a organização e para o desenvolvimento das comunidades locais. Na referência que fez ao campo missionário da região de Nova Petrópolis, o jesuíta entendeu que: “sofria ela do mal da promiscuidade étnica e confessional, que caracterizava quase todos os lugares, sendo que os teutos protestantes superavam em muito, numericamente os católicos. Também no concernente a sua colocação social e quanto às posses. Diga-se o mesmo dos arredores mais próximos de São Sebastião do Caí, onde os colonos alemães e protestantes moravam de mistura com os luso-brasileiros...” (Amstad, 1981, p. 151). Hugo Metzler, recorrendo ao social-catolicismo alemão, proclamou a necessidade da união de forças e a elevação do nível cultural dos católicos para a afirmação do social-catolicismo: “pessoas mais espertas que os católicos de lá implantaram novas indústrias e, em consequência, assumiram a direção da sociedade...” (Schallenberger, 2001, p. 73).

O entendimento em torno da promoção do bem-estar social e da elevação do nível espiritual dos teuto-brasileiros não era o mesmo em todas as esferas da Igreja Católica. Apesar de reconhecer a necessidade de manter vivas a tradição, a língua, a cultura e a religiosidade dos imigrantes e de seus descendentes, o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, indicava que a integração dos teuto-brasileiros com os luso-brasileiros reverteria numa influência positiva em termos de cristianização da sociedade e da participação católica na ordem política (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 16 de março de 1914). O posicionamento do arcebispo mereceu a indignação jesuítica e de lideranças leigas associadas, que assumiram posições frontais em favor da unidade étnica e confessional (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 2 de abril de 1924). Na ordem política, vale referir, a experiência católica de se espelhar no Partido do Centro da

Alemanha, foi um tanto quanto frustrante. A organização e a militância política não refletem os resultados que o bloco católico conseguiu na reforma constitucional de 1926, quando apresentou pontos importantes, que foram, posteriormente, incorporados ao programa da Liga Eleitoral Católica e defendidos na Constituinte que elaborou a Constituição de 1934 (Gertz, 1992, p. 553-579).

As lideranças evangélico-luteranas entenderam, da mesma forma, que o caminho para constituir comunidades coesas poderia significar uma alavancagem para uma organização social com sólida referência nos valores ético-cristãos, na solidariedade étnica e nos princípios da ordem e da operosidade. A preocupação vem estampada nos dizeres do pastor Wilhelm Rotermund: "o que nos falta é a união; não tanto a união numa nova associação, mas na perspectiva de buscar um sentido e o ideário de uma atmosfera que permita viver e indique o caminho da vida". Entendia ele que só assim as obras e as instituições mantidas pelos protestantes poderiam ser conduzidas adiante e produzir frutos. Muitas iniciativas não compreenderam continuidade, "porque ao protestantismo sempre se lhe cortou a copa, por isso não floresceu e carregou frutos" (*Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, São Leopoldo, maio de 1919, Heft 1)

Compreendendo a complexa realidade multicultural, a dispersão e os limites da ação pastoral, os agentes católicos e evangélico-luteranos entenderam que era necessário envidar um esforço conjugado no sentido de organizar os colonos teuto-brasileiros em torno de uma associação interconfessional que, ao mesmo tempo, promovesse a vida associativa, a valorização e a promoção da cultura e a melhoria nas condições materiais da vida. Surgiu assim a Associação Rio-grandense dos Agricultores – Bauernverein –, em 1899, que exerceu importante função mediadora na organização de núcleos, ou uniões coloniais, de agricultores em todo o estado do Rio Grande do Sul e na representação dos seus interesses diante do Estado e de outras organizações congêneres. Implementou a poupança e o crédito através da fundação de Caixas de Depósito e de Empréstimo, caixas rurais, estimulou o cooperativismo e promoveu um modelo de colonização que marcou o cenário social do sul do Brasil.

Com uma mobilidade social de baixa densidade, a Associação Rio-grandense comportou limites que vão das esferas públicas de relacionamento com o Estado às privadas em torno das questões confessionais não resolvidas e da desconfiança em relação aos seus líderes. A falta de liderança e a pouca participação dos teuto-brasileiros da vida associativa foi constantemente evocada e o

padre Ambrósio Schupp atribuiu a decadência do *Bauerverein* à falta de competência e ao egoísmo (Schallenberger, nota 722). O pastor Otto Arnold tributava à desconfiança mútua um dos principais fatores impeditivos do avanço social e da construção da identidade teuto-brasileira (*Sonntagsblatt*, Porto Alegre, n. 4, 1907, p. 13). A interlocução com os órgãos estatais, principalmente a respeito das questões relativas à sindicalização e às políticas agrícolas, e as demandas da política oficial foram, sem dúvida, causadores da fragmentação da homogeneidade e da exclusividade da proposta de modelação social idealizada pelos atores do associativismo cristão no Rio Grande do Sul. A pressão do governo para que a Associação dos Agricultores se transformasse em sindicato e sua vinculação com entidades congêneres, a exemplo do Centro Econômico, a deixou sempre mais próxima do Estado.

Para o social-catolicismo não competia ao Estado intervir na sociedade a favor de uns ou de outros. E sustentava que “não é justo que o indivíduo ou a família sejam absorvidos pelo Estado, mas é justo, pelo contrário, que aquele e esta tenham a faculdade de proceder com liberdade, contanto que não atentem contra o bem geral e não prejudiquem ninguém” (*Rerum Novarum*, p. 38). A força e o pilar de sustentação de toda a organização social consistia no vigor moral, que tinha na ética cristã sua fonte verdadeira.

O *Bauerverein* foi uma experiência pioneira do associativismo cristão do sul do Brasil. Lançou a planta do associativismo rural no Rio Grande do Sul. Diverso do social-catolicismo alemão, que teve entre suas preocupações centrais evitar a proletarização dos católicos, seu modelo de organização assentou-se sobre a realidade social construída a partir da imigração e da colonização. Suas bases associativas e suas diretorias foram lançadas nas Picadas, nos Distritos e nos Municípios, que, interligados, visavam construir um elo de cooperação sempre mais efetivo entre os teuto-brasileiros. A Associação manteve um estreito intercâmbio com o associativismo cristão da Europa, especialmente da Alemanha e da Suíça (*Mitteilungen aus der deutschen Provinz*, n. 25, 1903-1905, p. 502-506). Da sua experiência originaram-se as Uniões Coloniais, que cumpriram importante papel de autodefesa da Colônia e deram origem à Liga das Uniões Coloniais (1929), às cooperativas vitivinícolas e de laticínios e à União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul (1912).

A grande mobilização e a vitalidade do social-catolicismo alemão fez com que a sua ação se voltasse para os alemães católicos que viviam no exterior. Surgiu assim, em 1911, em Dresden,

a "União para os Alemães Católicos do Exterior" – *Katholisches Deustchtum im Auslande*. Essa organização definiu como objetivos: dar assistência viva na educação entre a pátria (Alemanha) e os colonos católicos que vivem no exterior; zelar pela manutenção e pelo fomento da língua, dos costumes, da cultura e da religião; fornecer subsídios para o desenvolvimento espiritual e material dos alemães que estiverem distantes de sua pátria. Tratava-se de uma ampla mobilização no sentido de ocupar todos os espaços na sociedade e de dar uma direção segura ao social-catolicismo. Na Suíça, a Sociedade União Popular para os Católicos – *Volksverein* –, fundada em 1904, constituiu-se numa entidade representativa dos católicos, congregando ao seu redor todas as associações, dando orientação a todos os movimentos e garantindo aos cantões uma unidade de ação na construção do espaço eclesial e comunitário (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1912).

A Associação dos Agricultores – *Bauerverein* –, por seu caráter interconfessional e sua estratégia de ação centrada fortemente em torno da problemática das comunidades rurais, embora se constituísse em fator de convergência das questões sociais, nunca chegou a representar uma entidade que desse uma direção superior a todas as associações católicas criadas entre os teuto-brasileiros. A convicção de Amstad da necessidade de criar uma unidade maior entre os alemães católicos ficou claramente expressa no IX Congresso Católico, realizado em Venâncio Aires, de 25 a 27 de fevereiro de 1912. Esta unidade deveria objetivamente visar à religião e ao trabalho. Lutar "pelo nosso bem-estar, pelo nosso credo e pelo desenvolvimento de nossas colônias, novas e velhas, para que estas mantenham os seus patrimônios, os seus direitos e a sua vida" (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 20 de março de 1912). Providenciar escolas fundamentais e complementares, divulgar boas leituras, promover a colonização étnica e confessional homogênea, fomentar e manter as associações católicas, em especial as congregações marianas, e desenvolver a formação religiosa eram os objetivos fundamentais propostos.

A atenção especial à educação revestiu-se, de certa forma, de um caráter de re-cidadanização dos teuto-católicos, sem que significasse um abandono dos valores fundamentais da cultura e da religião. Lideranças católicas, a exemplo de Siegfried Kniest, eminente professor paroquial e posterior secretário da

União Popular, vinham apontando que o caminho para a construção da cidadania dos teuto-católicos era: “educar os filhos para a vida comunitária consciente em Deus” e “preparar fiéis servidores de Deus, da Igreja, cidadãos corretos do Estado, membros integrados na comunidade e exemplares pais de famílias” (*Mitteilungen des Katholischen Lehrer- und Erziehungsvereins Rio Grande do Sul*, n. 1-4, 1902, p. 17). Embora entendessem que ascensão social dentro da comunidade dar-se-ia através da escola, a divulgação de boas leituras e a criação de bibliotecas, a realização de reuniões de informação e de formação, a organização de caixas de empréstimo e de depósito e de associações beneficentes eram elementos essenciais para uma formação continuada (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 20 de março de 1912). A imprensa fora destacada como instrumento básico para despertar a consciência social católica. Defensora da autoridade, da lei e da ordem, a imprensa teve entre os teuto-brasileiros papel de destaque, tornando-se “um advogado da verdadeira liberdade cristã”, e “campo de batalha para as decisões sobre a fé, sentido cristão, fundamentos da cultura, economia e vida estadual” (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 20 de julho de 1926).

As questões práticas em torno da organização das escolas, das associações beneficentes, da assistência técnica e educativa, no universo da produção rural, e a perspectiva do crédito e da colonização, a partir de ações cooperadas, deram ao social-catolicismo capacidade de mobilização. Dois anos após a sua constituição, a Sociedade União Popular já contava com mais de 60 distritos e com um contingente que beirava os 9.000 associados. A Primeira Guerra fez com que suas ações definhassem e ela se voltasse para o seu interior. Em 1916, ocorreram dois feitos importantes para a vida da Sociedade União Popular, que a aproximaram mais da experiência original alemã e que tiveram significativa relevância para a organização da sociedade sul-rio-grandense: a fundação de um Sindicato de Empregos e de Trabalhadores do Comércio – *Syndikat der Arbeiter- und Handelshülfer von Porto Alegre* – e a Caixa Central, uma espécie de União das Caixas (*Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 28 de junho de 1916).

A guerra e as disputas em torno da hegemonia política no Rio Grande do Sul foram elementos que inibiram a dinâmica associativa dos teuto-brasileiros. Tanto assim que em 1922 a União Popular contava com, apenas, 3.000 associados. O esforço de reestruturação da Sociedade União Popular e a reordenação do social-catolicismo apontaram para três direções: na ordem material, in-

centivar o auxílio mútuo através do cooperativismo de crédito e descomprimir a pressão sobre o espaço agrícola, através da promoção de novas colonizações; na ordem social e política, tornar a entidade uma instância de representação de todos os católicos; e na ordem espiritual, promover a renovação do catolicismo através da Ação Católica. A Ação Católica foi um movimento de renovação psicológica e espiritual, lançado no final da Primeira Guerra Mundial para fortalecer o espírito cristão diante dos avanços das doutrinas pagãs e para desenvolver a idéia da solidariedade e do amor fraterno entre os povos, uma vez que a guerra havia disseminado o ódio. A União Popular atingiu o seu ápice entre os teuto-brasileiros em torno dessa bandeira, alcançando um quadro de aproximadamente 10.000 associados (Schallenberger, cap. X).

Os desgastes internos decorrentes da colonização de Porto Novo (Zilles, 1992) e a preocupação das lideranças do social-catolicismo em torno das questões de cunho religioso, de natureza sobrenatural, em detrimento das questões de natureza social do cotidiano, criaram um certo vazio diante das demandas dos colonos. Nesse vazio, ocorreu a reativação das Uniões Coloniais, que "sobreviveram aos escombros das revoluções", a partir de 1923, e fizeram emergir, com maior intensidade, o movimento associativo voltado para a organização e para a defesa dos colonos e da produção colonial (*Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 28 de maio de 1930). Obviamente que a legislação do Estado Brasileiro induziu à sindicalização de todas as categorias sociais, com o que não concordava a União Popular.

A Liga das Uniões Coloniais, a partir da sua constituição em 1929, ocupou este lugar de representação dos colonos. Maior organização sindical brasileira do seu tempo, a Liga tornou-se a principal entidade promotora do associativismo cristão, liderada basicamente pelos atores do protestantismo luterano, que, não misturando os assuntos da fé com os da política e da economia, não visualizavam obstáculo para a interlocução com o Estado. Ao constituir a Liga, entendia-se que, para fomentar o desenvolvimento do moderno associativismo, era necessário estimular o surgimento de uma organização profissional livre, que com liberdade pudesse defender os interesses dos seus associados.

Consonante com o social-catolicismo alemão, que entendia que a organização da sociedade deveria se dar em vista do trabalho e da cultura e que a religião cumpria a função de mediadora das relações humanas para o bem-estar espiritual, as lideranças da Liga sentiram um certo desconforto em relação à postura confessional da União Popular.

Não queremos ser os primeiros a incomodar. Já existem inúmeras organizações profissionais e nenhuma, por isso, se constituiu como confessional ou popular. Por que precisamente a agricultura é para ser dividida? Por que os agricultores não podem constituir um sindicato livre? Por que devem eles se abrigar numa associação agrícola católica, protestante, judia, sabatista, metodista, etc. e devem reduzir a organização de alemães, de italianos, de luso-brasileiros, de austríacos, de russos, de poloneses, etc. à divisão. Por que, por fim, esse egoísmo, essa intriga, quando de outras organizações similares não nos foi dirigida nenhuma censura até hoje?, indagava Luiz Kling, secretário da Liga (*Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais*, Porto Alegre, 31 de setembro de 1931, p. 2).

A própria encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, promulgada em 15 de maio de 1931, apregoava que as políticas sociais deveriam empregar todos os esforços em reconstituir os corpos profissionais. Toleradas as organizações interconfessionais e os sindicatos livres, a encíclica referiu-se às associações profissionais dizendo: "é lícito aos seus membros eleger a forma que lhes aprouver, contanto que atendam às exigências da justiça e do bem comum" (*Quadragesimo Anno*, p. 82-86).

Com a profissionalização do agricultor, a inovação tecnológica na produção, a organização e a defesa da produção, através do cooperativismo e da organização do mercado, a Liga ocupou um lugar de destaque no associativismo brasileiro, não só pelos 20.000 associados, mas, sobretudo, pelo papel político de defesa do colono e da agricultura familiar.

4 Conclusão

O social-catolicismo alemão e o associativismo cristão do sul do Brasil revelam processos sociais dinâmicos, onde cada um motivou postulações éticas e formas de organização social a partir da realidade social em que esteve inserido. Na Alemanha, o social-catolicismo conseguiu formular políticas sociais, que, além de motivarem a sociedade em torno da sua organização corporativa, garantiram avanços sociais e a presença do espírito católico na formulação das políticas públicas. O estatuto do social-catolicismo teve consistência e credibilidade porque, partindo das relações sociais concretas e posicionando-se diante da modernidade, conseguiu apreender as insatisfações sociais e canalizá-las em formas de mobilização e de organização social orientadas para a utopia cristã. Mais do que um movimento filosófico, cultural e político, o social-catolicismo alemão converteu a doutrina cristã para as questões sociais, referendou,

apesar das críticas ao individualismo e ao lucro extremados, princípios do liberalismo, como a propriedade, reconhecendo-lhe a função social, a liberdade e a democracia, fomentou a organização social corporativa, estimulando a sindicalização e o cooperativismo, e constituiu-se referência básica para a Doutrina Social da Igreja Católica.

No sul do Brasil, a realidade multicultural, o contato direto com os problemas do cotidiano e as condições de vida dos colonos, não favoreceram a afirmação homogênea do social-catolicismo como utopia social. O problema dos colonos teuto-brasileiros não residia na escolha da utopia social, mas, sobretudo, na possibilidade imediata de produzir o seu espaço familiar e social. A proposta do social-catolicismo trazida pelos agentes da Igreja da Imigração era muito mais uma questão a ser posta do que a ser construída, a exemplo do que ocorreu na Alemanha. Com isso, as motivações em torno da sua implementação restringiram-se, basicamente, às lideranças religiosas e leigas a elas aliadas, mantendo um certo grau de desconfiança da população.

A forma concreta de implementar o ideário do social-catolicismo no sul do Brasil foi a de promover o associativismo. Associações beneficentes, clubes recreativos e culturais, congregações, cooperativas, entre outras formas, representaram o elo de coesão social possível, uma vez que buscaram na etnicidade, na religião e na cooperação a construção de um ideal coletivo. Os elementos da cultura étnica aproximaram católicos e evangélico-luteranos em torno de um movimento associativo para promover a cooperação como forma de valorização do trabalho e a construção do espaço familiar e comunitário como base modelar de organização social. A busca de formas autônomas de desenvolvimento representaria a conquista da liberdade e da cidadania dos teuto-brasileiros e a legitimidade social das igrejas. Nessa perspectiva, o associativismo cristão teve desdobramentos significativos que marcaram a trajetória da construção social do Sul do Brasil. Associações, sindicatos, cooperativas, organização de colônias, educação e assistência representam instâncias que contribuíram com a organização social e o desenvolvimento comunitário.

O social-catolicismo tornou-se, de certa forma, uma referência ideal apresentada aos teuto-brasileiros para a sua modelação social, enquanto o associativismo cristão assumiu um caráter efetivo de organização social em vista da defesa dos interesses dos colonos e da valorização do trabalho e da produção. Na sua condução estiveram pessoas que tiveram certa relação com o mundo dos negócios e nem sempre figuravam na primeira linha dos utopistas.

Referências

- AMSTAD, Theodor. *Memórias autobiográficas*. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, edição mensal de 1919-1938.
- Deutsches Volksblatt*, 1891-1940.
- GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas*, Porto Alegre, v. 37, n. 148, dezembro de 1992, p. 553-579.
- HOFFMANN, Robert. *Geschichte der deutsche Parteien – von der Kaiserzeit bis zur Gegenwart*. München: Frederico Luci, 1993.
- KRUIP, Gerhard. Las raíces históricas de la doctrina social católica en la Alemania del siglo XIX: un modelo para superar los desafíos de la modernidad? *Salmanticensis*, vol. XXXVIII, Fasc. 2, mayo-agosto de 1991.
- Mitteilungen aus der Deutsehen Provinz*, 1883-1941.
- Mitteilungen des Katholischen Lehrer- und Erziehungsvereins Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1900-1906.
- Nachrichtenblatt de Liga das Uniões Coloniais Riograndenses, 1931-1939.
- Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 28 maio de 1930.
- Quadragesimo Anno*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.
- RITTER, Emil. *Die Katholische-Soziale Bewegung – Deutschland im Neuzehten Jahrhundert und der Volksverein*. Köln: Verlag J. P. Bachem, 1954.
- Rerum Novarum*. Brasília: Congresso – Câmara dos Deputados, 1981.
- SACHSSE, Christoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e República de Weimar. *Veritas*, Porto Alegre, vol. 37, n. 148, dezembro de 1992, p. 535-552.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil – a contribuição da União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (tese de doutorado).
- SCHÜRMAN, Karl Heinz. *Zur Vorgeshichte der Christlichen Gerwerkschaften*. Freiburg: Herder Verlag, 1958.
- VOLKSVEREIN (ed.). *Verhandlungen der Hauptversammlungen der deutschen Katholiken von Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1928.
- ZILLES, Maria. *Porto Novo: uma Colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no Sul do Brasil (1912-1933)*. Porto Alegre: PUCRS, 1992 (dissertação de mestrado).